

O DESAFIO DA DESCONTINUIDADE COM RELAÇÃO A PEDAGOGIA HISTÓRICO- CRÍTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FRANCISCO BELTRÃO/PR¹

Tassia Lima de Camargo

Introdução

Neste texto apresentaremos a descontinuidade com relação a Pedagogia Histórico-Crítica na rede Municipal de Francisco Beltrão, uma vez que tivemos uma caminhada significativa em favor de práticas educativas emancipatórias. No decorrer do artigo, faremos uma análise das políticas educacionais desde a implantação do Currículo Básico do Estado Paraná até os dias atuais, destacando os avanços e descontinuidades com relação a Pedagogia Histórico-Crítica na Rede Municipal de Ensino de Francisco Beltrão-PR. Ressaltamos que o Município tem uma história relevante de luta, da classe trabalhadora pela posse de Terra. Desde então, temos pessoas e organizações que defendem os interesses dos subalternos. No ano de 2014, conquistamos o Plano de Cargos e salários dos professores municipais junto ao sindicato municipal próprio dos educadores, que atualmente vem sofrendo severas alterações que tiram os nossos direitos motivados pela conjuntura nacional que vem atacando diariamente aqueles que vivem do trabalho, desde o golpe de 2016.

Destacamos, no entanto, que a configuração social e política também interfere na organização pedagógica das instituições escolares alterando documentos, concepções de ensino\aprendizagem, métodos e atividades de formação continuada ofertadas aos docentes.

Francisco Beltrão: História de Luta Coletiva e Conquista de Terra

Nosso objetivo nesse tópico é mostrar a história de conquista da terra no sudoeste do Paraná, ressaltando a importância da organização coletiva para a conquista de direitos da classe trabalhadora e mostrar como hoje o município se apresenta como uma das cidades polo da região.

Francisco Beltrão originou-se da Vila Marrecas e se transformou logo em município em 14 de dezembro 1952. Um fato determinante para o desenvolvi-

¹ Uma versão similar deste capítulo está foi publicado nos anais do evento I SEMINÁRIO ESTADUAL – 20 ANOS DO HISTEDOPR E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NO PARANÁ: Percursos e Perspectivas, 2022.

mento desse distrito foi à instalação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), no ano de 1943, pelo Presidente Getúlio Vargas com objetivo de ocupar as áreas fronteiriças com a Argentina e Paraguai.

Com o advento da colônia agrícola, foram construídas estradas, pontes para facilitar o transporte de máquinas e funcionários que prepararam a terra para a chegada dos colonos. A ocupação da região possibilitou o surgimento de escola, hospital, farmácia, selaria, marcenaria, olaria etc. o que contribuiu para o desenvolvimento da região. Além de inserir o Sudoeste do Estado no cenário de produção agrícola de subsistência. Segundo Lazier:

A CANGO realizou na região um excelente um eficiente trabalho de povoamento e colonização, construindo obras de infraestrutura, dinamizando a vida social e cultural da comunidade, dando um grande impulso para o grande progresso que o Sudoeste possui hoje (Lazier, 1997, p. 41).

Com a queda do Governo Vargas em 1945, as companhias privadas começaram atuar na região, comprando terras para exploração de madeira. A companhia que mais influenciou na história do Sudoeste foi a Clevelândia Industrial Territorial Limitada (CITLA)², que se apossou de terras já ocupadas pelas famílias, de forma ilegal, pois, forçava os colonos comprarem as terras onde moravam por preços exorbitantes. Acompanhado de jagunços (pistoleiros), os corretores da CITLA obrigavam os colonos a assinarem promissórias e contratos. Na época, o governo Lupion, conivente com as irregularidades construiu um cartório para registrar as terras, já que os demais se recusaram a fazer. Nas palavras de Lazier:

Sabedores da ilegalidade de sua ação, os homens da CITLA tinham pressa. Queriam arrecadar a maior quantidade possível de dinheiro no menor tempo. Para isso implantaram o terror. Empregavam bandidos, jagunços para forçar os posseiros a lhes entregar o dinheiro e cometeram muitas irregularidades criando um clima de instabilidade social (1997, p. 54).

Um sentimento de revolta e medo por parte dos posseiros começou a transparecer, e eles começaram a se organizar para a luta, já que pelos meios legais não obtiveram êxito, dando início a histórica “Revolta dos Posseiros” A luta resultou em algumas mortes e pessoas feridas, pois os jagunços agiam com crueldade, não poupavam nem as crianças e mulheres. A ação organizada e coletiva com a participação dos trabalhadores, cada um disposto a defender seu pedaço de chão, ocorreu no dia 10 de outubro de 1957, na qual os posseiros venceram, conquistando o direito dos títulos de suas propriedades. Os colonos objetivavam

² Além da CITLA outras companhias colonizadoras atuaram na região como a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda (COMERCIAL) e a Companhia Imobiliária Apucarana Ltda (APUCARANA).

destruir os escritórios das companhias em toda a região Sudoeste do Paraná queimando e espalhando pelas ruas os documentos irregulares. Conforme relatou Lazier: “Foi, não resta dúvida, uma das mais importantes lutas pela terra ocorridas no Paraná e no Brasil. O mais significativo desse movimento é que os posseiros foram vitoriosos. A CITLA foi expulsa da região pelo povo armado” (1997, p.56).

Para regularizar a situação da posse das terras, o governo João Goulart no ano 1962, criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), que teve sua sede em Francisco Beltrão. Suas ações foram no sentido de medir as terras e estudar sua ocupação, construção de estradas, moradias e escolas de acordo com a necessidade da região. Atuou na mecanização agrícola, e incentivou o associativo na região. O GETSOP foi extinto em 1974. A histórica Revolta dos Posseiros evidencia o poder da luta coletiva na conquista dos direitos da classe oprimida.

Avanços e Descontinuidades com Relação a Pedagogia Histórico-Crítica na Rede Municipal de Francisco Beltrão.

Nos anos 1990, a proposta que estava presente nas escolas municipais de Francisco Beltrão era o Currículo Básico do Paraná, que incorporou o Ciclo Básico de alfabetização. Essa proposta estava alicerçada em concepções teóricas e metodológicas que se aproximavam dos princípios da PHC.

No entanto, muitas dificuldades e contradições permearam a objetivação da proposta de alfabetização, contida no Currículo Básico do Paraná, pela Rede Municipal de Educação de Francisco Beltrão. Essas dificuldades se deviam tanto pelas condições materiais de trabalho, quanto aos aspectos de formação docente, pois, por estar embasado teoricamente pelos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, que na época era ainda pouco conhecida entre os docentes, dificultou a concretização da proposta, visto que antes de colocar em prática uma tendência era/é preciso conhecê-la, ter claro seus objetivos, que implica numa concepção de educação, homem e de sociedade.

As dificuldades citadas persistem até hoje passados mais de duas décadas de oficialização do documento, mas, o Currículo Básico, ainda se constitui numa das principais referências quando tratamos sobre as discussões referentes a Pedagogia Histórico-Crítica no Paraná e, por consequência, em nível municipal, pois se caracterizou como a primeira tentativa de implantação de uma pedagogia contra hegemônica em Francisco Beltrão, e se constitui numa importante fonte de pesquisa na elaboração dos PPPs atuais.

No ano de 1998, na gestão do Prefeito Guiomar de Jesus Lopes-PMDB (1997-2000) foi construída a primeira proposta pedagógica própria em esfera municipal, centrada na Pedagogia Libertadora denominada “Criança Cidadã” fundamentada em Paulo Freire. Freire dialoga com o marxismo por meio de um princípio educativo que almeja formar o homem livre de toda opressão, tomando a

educação como uma ferramenta fundamental para garantir a igualdade social, fazendo com que os alunos tenham consciência de si no/do mundo.

São inegáveis as contribuições de Paulo Freire para educação brasileira, e a principal delas consiste em aproximar a escola do contexto social do educando, fazendo com que os educados tivessem consciência de sua dominação e pudessem agir em benefício da sua libertação e do seu grupo. Então, assim como Saviani, Paulo Freire enfatizou que a educação é um ato político, não neutro, muito menos um ato mecânico, abstrato e reprodutivista, que apenas colabora para conservação da divisão de poder entre as classes.

Ambos os estudiosos têm como ponto de partida do processo de ensino e aprendizagem a vivência cotidiana da criança, no entanto, o que observamos é que muitos professores da rede municipal de Francisco Beltrão, consideram que para trabalhar numa perspectiva crítica basta valorizar essa prática social inicial do aluno sem a devida metodologia sustentada por princípios emancipatórios. Isso acaba por não dar condições para os sujeitos se apropriarem dos conhecimentos historicamente elaborados, e por consequência, não conseguem superar a sua dominação e colaborar para o desenvolvimento de uma nova ordem social fundada nos princípios da justiça, da igualdade e da liberdade. Cabe lembrar, que o processo educativo sem a instrumentalização, problematização, aquisição e a apropriação do saber científico torna a aprendizagem utilitarista, relativista pragmática, a serviço de solução de problemas imediatos, que não completa o ato de humanização do homem.

É fato que alguns estudiosos do marxismo tecem críticas a Pedagogia Freiriana, alegando que ela tem base fenomenológica, com princípios da escola nova ao apostar na livre iniciativa do educando ao aprender. Todavia, cabe aqui enfatizar a sua respeitável contribuição para nossa educação, no sentido de construir uma pedagogia emancipatória, pois, na maioria de seus aspectos ela se aproxima e dialoga com a teoria marxista, ao contrário, por exemplo, das de base construtivista, que procuram legitimar as diferenças agindo em favor da conservação do poder da classe burguesa. O próprio Saviani declarou em entrevista que, em certa medida, a Pedagogia Libertadora e a Pedagogia Histórico-Crítica se aproximam no sentido, que ambas objetivam a emancipação da classe trabalhadora, porém se diferenciam no sentido que Freire não coloca a escola como a principal instituição a serviço da socialização do saber historicamente produzido pela humanidade. Conforme Saviani:

Eu diria que há uma certa relação em termos do objetivo mais amplo, porque tanto a Pedagogia Histórico-Crítica como a pedagogia libertadora, a pedagogia de Paulo Freire, estão empenhadas em desenvolver um ensino relevante para a classe trabalhadora. Ambas buscam desenvolver um tipo de educação para as camadas populares, que possibilite à classe trabalhadora um poder emancipatório, potencializando sua capacidade de luta, sua capacidade de se libertar da dominação vigente na

sociedade. No entanto, elas se diferenciam na medida em que a pedagogia de Paulo Freire se centra mais na chamada cultura popular, na própria iniciativa da população e secundariza de algum modo a importância da escola. Em contrapartida, a Pedagogia Histórico-Crítica valoriza a escola como um instrumento de acesso ao saber sistematizado, ao conhecimento científico. No caso da pedagogia de Paulo Freire esse aspecto é menos enfatizado, ocupando um lugar mais secundário. E, por consequência disso, também a metodologia e respectivos procedimentos se diferenciam (2016, p. 6).

No início da década de 2000, as pedagogias críticas contra hegemônicas na rede municipal de Francisco Beltrão sofreram uma grande ruptura motivada pelas políticas neoliberais nacionais e estaduais em que o Brasil era governado por Fernando Henrique Cardoso e o Paraná por Jaime Lerner. Nesse contexto, no ano de 2001 na primeira gestão do prefeito Vilmar Cordasso –PP (2001-2004) foi construída uma proposta fundamentada na teoria construtivista, nos PCN's e com projetos voltados para a pedagogia empreendedora.

O principal expoente do construtivismo foi Jean Piaget, que se embasou em conceitos da biologia para formular sua teoria de aprendizagem e enfatizou os aspectos maturacionais. Esse autor dá sustentação a teoria do “aprender a aprender”, pela qual, o importante é que o indivíduo seja capaz de absorver o maior número de informações dentro ou fora da escola, de modo que o conhecimento seja construído pelo sujeito mediante trocas de experiências entre os indivíduos por um processo de adaptação. A ideologia da pedagogia do aprender a aprender é muito significativa no contexto neoliberal e pós-moderno, no qual nega-se o papel da escola e do conhecimento universal. Segundo essa concepção, estamos submetidos a constantes mudanças, e podemos aprender em todos os espaços mediante a quaisquer circunstâncias, isso faz com que a escola se torne uma instância flexível e mutável acompanhando o ritmo e as necessidades produtivas do capitalismo.

O construtivismo parte do princípio de que o ser humano é dotado de potencialidades naturais e diferentes, o que reforça ideários meritocráticos e acentua o individualismo e a competitividade, favorecendo o desenvolvimento dos mecanismos de exclusão entre as classes. Nessa perspectiva, Marsiglia aponta que:

Os sujeitos são preparados para serem flexíveis e adaptáveis as necessidades do mercado; tornando-os dóceis aos desígnios do capitalismo, a exploração do homem pelo homem é naturalizada e a classe dominante isenta-se da responsabilidade de oferecer condições ao desenvolvimento máximo de todos os indivíduos (2011, p. 17).

Guiados por esses princípios neoliberais e da livre iniciativa, em que a criança deve ser levada a descobrir e criar suas próprias verdades em relação ao mundo, entre os anos de 2003 e 2005 foi implantado no município de Francisco Beltrão e região o projeto da Pedagogia Empreendedora, que tem como principal expoente Fernando Dolabela que define sua proposta como:

A pedagogia empreendedora é uma estratégia didática para o desenvolvimento da capacidade empreendedora dos alunos da educação infantil até o nível médio, que utiliza a teoria empreendedora dos sonhos (...) em um primeiro momento, o aluno desenvolve um sonho, um futuro onde se deseja chegar. Em segundo momento, ele busca realizar o sonho e para isso se vê motivado a aprender o necessário para esse objetivo. O objeto da pedagogia empreendedora é estimular e preparar o aluno para sonhar e buscar a realização do sonho. (...) A necessidade de conhecimento nasce da vontade inelutável de ter acesso aos elementos necessários a realização do sonho. As atividades de buscar, aprender com os erros, e, portanto, evoluir dizem respeito ao saber empreendedor. Assim, a atividade pedagógica vai se dedicar principalmente a conexão entre o sonho e sua realização (Dolabela, 2003, p. 55).

Essa pedagogia procurava extinguir aulas expositivas e utilizava métodos como: filmes, jogos, peças teatrais, depoimentos e entrevistas com lideranças da comunidade para mostrar como é possível alcançar os sonhos e ser bem-sucedido.

Os professores que trabalharam na execução desse projeto afirmam que a prefeitura fornecia apostilas com aulas prontas e eram desenvolvidas atividades de valorização pessoal, desenvolvimento de lideranças e autoconhecimento, fazendo com que os alunos descobrissem os caminhos para realização de seus sonhos. Conforme relatos, eram feitos também passeios em empresas, palestras com empreendedores para socializar as suas experiências, além de outras atividades prazerosas e que desenvolvessem as suas aptidões individuais.

Observamos que esse projeto representou um grande distanciamento em relação a PHC, pois nega totalmente o ensino dos conteúdos clássicos deslocando a função da escola para o ensino de “como sonhar”. Assim sendo, os sonhos passam a ser princípio e o fim do aprendizado deixando de lado a problematização e mudança da prática social. O problema de cada um é realizar seu sonho.

A aprovação do Plano Nacional de Educação em 2001 causou mudanças na organização da educação municipal. Esse documento tinha como uma de suas metas promover a universalização do ensino para a população na faixa etária de 7 a 14 anos. De acordo com esse pressuposto, em 2006 foi implementada a lei 11.274 que se referia ampliação do ensino fundamental para nove anos firmada nos seguintes objetivos:

- a) Melhorar as condições de equidade e de qualidade da Educação Básica;
- b) Estruturar um novo ensino fundamental para que as crianças prossigam nos estudos alcançando maior nível de escolaridade;
- c) Assegurar que ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças tenham um tempo mais longo para aprendizagem da alfabetização e do letramento (Brasil, 2007, p. 5).

Com a implementação do Ensino fundamental de nove anos, veio à tona a discussão sobre a criança, enquanto sujeito histórico-social que produz e é produzido pela cultura. Conforme podemos pontuar nas orientações do MEC para inclusão das crianças de 6 anos no ensino fundamental:

Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas contradições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas (Brasil, 2007, p.15).

Devido a essas mudanças na organização dos níveis de ensino, no ano de 2007, em conformidade com a deliberação estadual nº03/06, que normatizou a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos no Paraná, a Rede Municipal alterou os seus Projetos Políticos Pedagógicos e as Propostas Curriculares das escolas.

Naquele contexto, também o Paraná era governado por Requião que pauteou sua política educacional na PHC. Considerando esses determinantes, o município de Francisco Beltrão- PR, no segundo mandato do prefeito Vilmar Cordasso - PP (2005-2008), com um propósito de alinhamento das teorias educacionais com o Estado também buscou implantar essa pedagogia.

Ao analisarmos as propostas pedagógicas formuladas em 2007, observamos que elas estão fundamentadas teoricamente na Pedagogia Histórico-Crítica, representando uma crítica radical com relação a concepção de educação que se tinha até então. O Plano Municipal de Educação aprovado também naquele ano, definiu as propostas pedagógicas como “fio condutor” de todo trabalho docente norteando as atividades realizadas nas instituições, assim os documentos apresentam uma concepção teórica de homem, educação, e sociedade coerentes com os pressupostos de uma educação emancipatória.

No entanto, notamos que inúmeros projetos extraclasses adentram em nossas escolas e acabam atrapalhando a execução dessa pedagogia, esvaziando os currículos dos saberes clássicos. O plano municipal de educação e os projetos

políticos pedagógicos trazem que as escolas desenvolvem atividades voltadas para o meio ambiente, educação para o trânsito, educação fiscal, prevenção de drogas entre outros. Diante de toda essa sobrecarga de atividades, causados por conteúdos oriundos de projetos externos, que chegam até a escola percebemos que os professores acabam se prendendo na rotina pedagógica e passam a não terem tempo e condições para planejarem suas aulas coerentes com os objetivos da pedagogia emancipatória, propostos pela PHC. O desenvolvimento dessa prática também implica na redistribuição dos tempos escolares, visto que não se consegue prever, precisamente, quanto tempo os alunos levarão para modificarem suas consciências com relação a determinados conteúdos, isso pode demorar muito mais que uma aula.

Além desse desafio temos o sistema avaliativo que está a serviço de medir os índices de aprendizagem, que servem os interesses capitalistas, o que vai, portanto, na contramão da PHC. Alguns conteúdos são priorizados como forma de garantir o sucesso dos alunos nas avaliações em detrimento de outros necessários para promover a liberdade humana.

Na rede Municipal de Educação de Francisco Beltrão, a Escola Municipal XV de Outubro, é a que estava tentando de forma efetiva, via alguns projetos, praticar os pressupostos da PHC. A escola atende aproximadamente 280 alunos, filhos da classe trabalhadora, cujos pais são trabalhadores no comércio, indústrias ou serviços autônomos, além dos que se encontram desempregados.

Ao analisar o trabalho realizado na escola em 2015, notamos que a prática pedagógica estava organizada em torno de um conteúdo estruturante presente no cotidiano infantil, facilitando a internalização e o aprendizado dos assuntos tratados na sala de aula. Conforme indicado no seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a instituição procura trabalhar de forma coerente com a opção teórica adotada.

Seguimos uma tendência Histórica-Crítica, pois entendemos que a atuação da escola consiste na preparação do aluno, também para o mundo adulto e suas contradições fornecendo-lhe instrumental por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade (Francisco Beltrão, PPP - Escola Municipal XV de Outubro, 2007, p. 14).

Dessa maneira a escola desenvolvia alguns projetos voltados para essa perspectiva, tratando dos conteúdos de forma contextualizada e vinculados com a vivência cotidiana do aluno, com pleno significado para ele.

A prática que estava sendo realizada na escola consiste numa tentativa de objetivação da PHC, ainda que com alguns pontos a serem aperfeiçoados para que possamos afirmar que houve, de fato, a objetivação dessa teoria na Rede Municipal de Francisco Beltrão-PR. Os profissionais que desempenhavam o trabalho na instituição, apesar de demonstrarem compreensão dos princípios da PHC, ainda

que de forma fragilizada, apontam algumas dificuldades para desenvolvê-la, tais como: deficiência nos processos de formação continuada oferecidas pela secretaria municipal com relação à temática; pouca disponibilidade de material para estudo; sobrecarga de conteúdos presente na proposta curricular, tanto que esses projetos são desenvolvidos somente com alunos do 1º ao 3º ano, do 1º ciclo considerando que as séries superiores têm uma maior demanda de assuntos para ser trabalhados, o que, segundo os professores, torna inviável a perspectiva da PHC, pois essa metodologia é mais demorada que as outras. Ainda os educadores relatam sentirem dificuldades em fazer a transposição didática do saber popular para o erudito, pois, isso demanda um preparo do professor, o que implica em um tempo maior de planejamento.

Nos cabe lembrar, porém que a partir de 2017, a educação municipal começou se adequar aos princípios da BNCC, o que alterou também as formas de formação continuada ofertada, nas escolas foram organizadas formações online em conjunto com a Rede Estadual, onde ficou muito evidenciado a importância de educar para resolução de problemas demandados pela sociedade capitalista.

Observamos um desmonte da educação brasileira nas três esferas, fato esse que se intensificou com o Golpe político de 2016. Deste de então, os princípios da PHC, que trouxeram grandes contribuições para a rede estadual e municipal vem sendo deixados de lado dando lugar a outros completamente contrários aos objetivos emancipatórios. Salientamos, porém, que a partir do momento que a PHC, deixa de fundamentar nossos documentos que regem a educação muito se perde, pois tira um pouco da possibilidade de lutar em favor dela. Conforme Saviani declarou em entrevista:

[...] a opção política pela Pedagogia Histórico-Crítica tem um aspecto positivo porque, por um lado, ela não cerceia as iniciativas de se trabalhar conforme propõe essa teoria e, por outro lado, dá margem aos professores e à população para cobrar as ações decorrentes da opção política explícita por essa orientação pedagógica que, para ser efetivada, exige que sejam asseguradas as condições que permitam aos professores atuar nessa perspectiva (2016, p. 7).

Na atual conjuntura política educacional brasileira práticas de raízes marxistas têm sido substituídas por correntes contrárias com outros princípios e objetivos formativos o que evidencia o desafio da descontinuidade defendido por Saviani:

[...] parece que cada governo, cada secretário de educação ou cada ministro quer imprimir sua própria marca, deixando de lado os programas implementados nas gestões anteriores. Com esse grau de descontinuidade não há como fazer frente às questões especificamente educacionais dado que, como se

mostrou, trata-se de um tipo de atividade que requer continuidade. Portanto, a política educacional precisa levar em conta essa peculiaridade formular metas não apenas a curto, mas a médio e longo prazo e instituir propostas que possam, de fato, ser implementadas e avaliadas no seu processo e nos seus resultados sendo corrigidas quando for o caso, mas que tem sequência e que permitam situações irreversíveis de tal modo que a mudanças de governo não desmantelem o que está sendo construído (2005, p. 109)

No entanto, como forma de resistir ao desafio da descontinuidade da PHC e ao desmonte da educação de maneira geral, os docentes buscam organizar-se enquanto categoria atrelada ao sindicato e viemos travando várias lutas com o poder Legislativo em favor da valorização do professor. Atualmente estamos resistindo ao desmonte do Plano Carreira dos Professores Municipal (conquistado com embates em 2014) que está sofrendo alterações severas que irá prejudicar diretamente a valorização e a progressão docente.

Cabe salientar, que alguns professores, buscam leituras e estudos por conta própria realizando grupo de estudos, dialogando com seus pares e tentam manter viva e coerente a prática da PHC em suas aulas, apesar de todos os entraves que o contexto atual nos impõe. A efetivação de uma pedagogia contra hegemônica requer ações conscientes e coletivas e levando em consideração a leitura dialética da realidade unidos a classe trabalhadora é capaz de modificar a história. Então, uma educação emancipatória depende de nós, comprometidos com ela é preciso trabalhar para que não sejamos meros executores e reféns de políticas educacionais.

Considerações Finais:

Ao final desse texto, percebemos que Francisco Beltrão tem uma história de luta e resistência em prol dos subalternos, pois histórica Revolta dos Possiões evidencia o poder da luta coletiva na conquista dos direitos da classe oprimida.

Em se tratando de Educação Entendemos que a Pedagogia Histórico-Crítica aparece como fundamentação teórica das propostas pedagógicas da Rede Municipal de Francisco Beltrão já nos anos 1990, época em que o município adotou o Currículo Básico, atrelado as políticas estaduais do Paraná. No ano de 1998 foi construída a primeira proposta pedagógica própria em esfera municipal centrada na Pedagogia Libertadora denominada “Criança Cidadã” fundamentada em Paulo Freire. Freire dialoga com o marxismo através de um princípio educativo que almeja formar o homem livre de toda opressão, tomando a educação como uma ferramenta fundamental para garantir a igualdade social, fazendo com que os alunos tenham consciência de si no/do mundo. No início da década de 2000, as pedagogias críticas contra hegemônicas na rede municipal de Francisco Beltrão

sofreram uma grande ruptura motivada pelas políticas neoliberais nacionais e estaduais em que o Brasil era governado por Fernando Henrique Cardoso e o Paraná por Jaime Lerner. Nesse contexto, no ano de 2001, foi construída uma proposta fundamentada na teoria construtivista, nos PCN's e com projetos voltados para a pedagogia empreendedora. A institucionalização da PHC no âmbito Municipal se deu na tentativa de acompanhar as políticas educacionais do estado no ano de 2007 e também motivado pela implantação do Ensino Fundamental de nove anos que fez com que o município repensasse a organização de suas propostas. Observamos um desmonte da educação brasileira nas três esferas, fato esse que se intensificou com o Golpe político de 2016. Deste de então, os princípios da PHC, que trouxeram grandes contribuições para a rede estadual e municipal vem sendo deixados de lado dando lugar a outros completamente contrários aos objetivos emancipatórios.

Ficou evidente que a objetivação da PHC na Rede Municipal de Francisco Beltrão, ao longo do tempo sofreu descontinuidades e rupturas de acordo com o contexto e com os interesses e ideologias dos grupos políticos que estiveram à frente da administração municipal, gestores das políticas educacionais.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade.** Brasília, DF, 2007.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia Empreendedora.** São Paulo: Editora de Cultura, 2003. FRANCISCO BELTRÃO. Secretaria Municipal de Educação.

LAZIER, Hermógenes. **Análise da posse da terra no sudoeste paranaense.** 2.ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1997.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e ensino fundamental.** Campinas: Autores Associados, 2011

PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO - Escola Municipal XV de Outubro. Francisco Beltrão, PR, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico Crítica: Primeiras Aproximações.** 9º Ed. Campinas, Autores Associados, 2005

SAVIANI, Dermeval. Os pressupostos teóricos metodológicos da pedagogia histórico-crítica e os desafios da sala de aula: Entrevista Com Dermeval Saviani Entrevista concedida para Tássia Lima de Camargo e André Paulo Castanha. **Educe Et Educare.** Vol. 11 Número 22 Jul./dez. 2016 Ahead of Print, p. 1-8.